



ciência desenvolvimento sociedade

XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

20 a 24 de outubro - Campus do Vale - UFRGS



| | |
|-------------------|---|
| Evento | Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS |
| Ano | 2014 |
| Local | Porto Alegre |
| Título | Segurança e violência na Fronteira Gaúcha |
| Autor | ARTHUR BORBA COLEN FRANÇA |
| Orientador | ADRIANA DORFMAN |

As fronteiras brasileiras estão sendo armadas e aparelhadas sob diversas justificativas: grandes eventos internacionais, proteção da biodiversidade e recursos naturais e combate aos delitos transfronteiriços. As evidências desse processo incluem a ampliação orçamentária para a indústria de defesa e a elaboração do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) e a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON). O objetivo deste trabalho é contrapor como o PEF e a ENAFRON trazem o conceito de segurança para a fronteira brasileira, especialmente a fronteira gaúcha, ao que essa pesquisa demonstra serem as principais vulnerabilidades dessa região.

A pesquisa agrega diversas metodologias para sua realização. Como principais, a revisão bibliográfica, a análise dos textos jurídicos e notícias relacionadas ao tema e extenso trabalho de campo. Em 2013, a equipe de pesquisadores percorreu 22 municípios na fronteira gaúcha, onde realizaram entrevistas e grupos focais com agentes da segurança pública e com membros da sociedade civil. Para além dos fins acadêmicos, estes campos são parte da pesquisa “Segurança Pública nas Fronteiras”, encomendada pela SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) e coordenada pela UFRJ.

O PEF prevê a articulação das ações e a troca de informações com os países vizinhos, das Forças Armadas, da Receita Federal do Brasil e dos órgãos de segurança pública. Segundo o Plano, a segurança nas fronteiras deve ter como objetivo a repressão dos delitos transfronteiriços, já que eles “prejudicam o Estado como um todo”.

Já as iniciativas da SENASP estão contidas dentro do programa ENAFRON, que objetiva intensificar o controle e a fiscalização nas fronteiras, acelerando o controle, prevenção e repressão dos delitos transfronteiriços. “Trazer segurança” para a região fronteira resume as duas institucionalizações. Essa ação se traduz, sobretudo, em aparelhamento das instituições de controle e repressão. O conceito de segurança, no entanto, pode ser empregado para se tratar de diferentes escalas, servindo a propósitos diferentes.

Tradicionalmente, a segurança se opõe ao caos, associando-se aos conceitos de ordem e coesão social. Assim sendo, articula-se o termo segurança nacional, fazendo referência a um ou mais Estados, para legitimar o uso da força e afastar a situação caótica. Nesse modelo, problemas de segurança geralmente estão ligados ao setor militar, embora outros teóricos já tenham ampliado esta noção.

O campo e a bibliografia demonstram, no entanto, que ter apenas o Estado como referência invisibiliza outras seguranças. Pode-se entender segurança como diminuição de todas as formas de violência. Isso nos aproxima do conceito de segurança humana, a liberdade do medo e das consequências de conflitos e situações degradantes. Tendo isto em mente, a fronteira gaúcha tem graves problemas de segurança, como o baixo dinamismo econômico, a carência infraestrutural e elevado índice de doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS.

Entende-se que os delitos transfronteiriços existem e, sobretudo o tráfico de armas, impactam a segurança pública brasileira. No entanto, PEF e ENAFRON estariam melhor retratados como ações que constroem a segurança dos grandes centros urbanos a partir da fronteira. O discurso da segurança “para” a fronteira, da eliminação das vulnerabilidades da região, não se confirma na prática. A segurança fronteira não passa necessariamente pelo aparelhamento das Polícias e Forças Armadas. As conclusões, portanto, apenas espelham o debate entre segurança das pessoas e segurança do território, um debate que ainda se mostra inicial nas estratégias do governo brasileiro.